

DIREITOS HUMANOS
E QUALIDADE DE VIDA
NAS COMUNIDADES FALANTES
DO PORTUGUÊS NOS EUA E CANADÁ

DIREITOS HUMANOS
E QUALIDADE DE VIDA



HUMAN RIGHTS
& QUALITY OF LIFE
IN THE PORTUGUESE SPEAKING COMMUNITIES
IN THE US AND CANADA

DIREITOS HUMANOS E QUALIDADE DE VIDA
IN THE PORTUGUESE SPEAKING
COMMUNITIES IN THE US AND CANADA

DIREITOS HUMANOS E QUALIDADE DE VIDA
NAS COMUNIDADES FALANTES
DO PORTUGUÊS NOS EUA E CANADÁ

2012



DIREITOS HUMANOS
E QUALIDADE DE VIDA
NAS COMUNIDADES FALANTES
DO PORTUGUÊS NOS EUA E CANADÁ



Governo dos Açores
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência
Direção Regional das Comunidades

Rosa Cassiano
Presidente

Ficha Técnica

Título
Direitos Humanos e Qualidade de Vida
nas comunidades falantes do Português nos EUA e Canadá
*Human Rights & Quality of Life
in the portuguese speaking communities in the US and Canada*

Edição
Governo dos Açores
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência
Direção Regional das Comunidades

Organização
Rosa Cassiano

Tradução
Nuno Pavão Nunes

Capa
Rui Melo

Execução Gráfica
Nova Gráfica, Lda.

Impressão
Nova Gráfica, Lda.

Depósito Legal
344725/12

ISBN
978-989-97391-3-0

Tiragem
750 Exemplares

2012

ÍNDICE

Prefácio
Maria da Graça Borges Castanho 9

Foreword
Maria da Graça Borges Castanho 13

**Comunidades açorianas nos E.U.A. e Canadá:
Ação do Governo Regional em prol da sua integração
e das necessidades das diferentes gerações**
André Bradford 17

**Portuguese communities in the U.S. and Canada: Intervention
by the Regional Government of the Azores on behalf of their
integration and the needs of the different generations**
André Bradford 23

**Human Rights and Quality of Life in the Portuguese-speaking
Communities in the U.S. and Canada: from a Personal to a
Professional Perspective**
Craig Mello 29

CAPÍTULO I – SAÚDE	41	The Unknown Victims of the Oklahoma Bombing - Impact of Deportation on Us Children and Families Helena Marques	113
Família e Violência conjugal nos Açores Gilberta Rocha	43	Spinning in between Victim and Offender Cycle Suzete Frias	121
The Aging Portuguese Community in Toronto – Breaking Isolation Cidália Pereira e Marília dos Santos	57	Using the Human Rights Based Approach to Strengthen the Cape Verdean Authorities Capacities in Migration Management Dário Muhamudo	127
HIV/AIDS Health Barriers of the Portuguese-speaking communities in Toronto, Canada Fernanda Da Silva	63	O Barco e o Sonho Deportação – Da teoria à prática João Paulo Soares Rodrigues	139
The Changing Views of Portuguese-Speaking Immigrants Regarding Mental Health Ana Perry Nava	69	FOTOS DO EVENTO	145
Found in Interpretation: The Role of Brazilian Medical Interpreters in Mediated Medical Encounters Branca Telles Ribeiro, Solange de Azambuja Lira e Clémence Jouest-Pastré	75	CAPÍTULO III – APOIO COMUNITÁRIO	161
CAPÍTULO II – DEPORTAÇÃO	93	Serviços de Integração para Açorianos e outros Imigrantes falantes da Língua Portuguesa em Massachusetts, EUA Paulo Pinto, Osvalda Rodrigues, Anabela Queilha e Beatriz Maimone	163
Managing Transitional Issues for Deportees and their Families Thomas M. Hodgson	95	Sustainability of programs that address the quality of life of Portuguese Elders: a challenge for the future Maria Pereira	171
U.S. Deportation: A System in Serious Need of Reform Daniel Kanstroom e Jessica Chico	99	Coastline Elderly Services's Mission Theresa Larson	175

CAPITULO V – EDUCAÇÃO	265
Crime, Education, and Identity: Reflections on Portuguese Youth at Risk Noémia Couto	267
The Education of Luso-Descendants: Theory, Data, and Recommendations Dulce Maria Scott	285
CONCLUSÃO	
A Direção Regional das Comunidades (DRC) ao serviço da qualidade de vida dos açorianos na diáspora Maria da Graça Borges Castanho	317
CONCLUSION	
The Regional Department for the Communities at the service of Migrants and their Quality of Life Maria da Graça Borges Castanho	329

Seniors Law Projects of SCCLS Rosa Farizo	177
As Mulheres e os Direitos humanos Felicidade Rodrigues	181
Pessoas Idosas: Insegurança, Crime e Violência José Félix Duque e Maria de Oliveira	187
Sem-Abrigo: condições intersubjetivas de reconhecimento Paulo Fontes	203
Os Direitos Humanos em tempos de crise(s): Reforçar o trabalho em rede numa lógica de proximidade Padre Agostinho Jardim Moreira	213
CAPITULO IV – LIDERANÇA	225
From Postcolonial Africa to Canada: Settlement Experiences in Toronto, Canada José Carlos Teixeira	227
Breaking stereotypes: forging new identities amongst Pioneer Azorean-Canadian immigrant women Nisa Remígio	245
A Linguagem Não Sexista Caetano Valadão Serpa	257

SEM-ABRIGO: CONDIÇÕES INTERSUBJETIVAS DE RECONHECIMENTO

Paulo Fontes

Associação Novo Dia, Açores – Portugal

Este artigo resulta do convite da Direção Regional das Comunidades para apresentar uma comunicação no Simpósio Internacional sobre Direitos Humanos e Qualidade de Vida nas Comunidades Falantes de Português nos Estados Unidos da América e Canadá. Insere-se numa investigação mais ampla, no âmbito do mestrado de sociologia da Universidade dos Açores em articulação com a experiência de intervenção com as pessoas sem-abrigo de Ponta Delgada.

O texto divide-se em duas partes: a primeira pretende caracterizar sociologicamente, embora de uma forma genérica, a problemática das pessoas sem-abrigo e a segunda ambiciona desenvolver uma linha teórica que contribua para a melhor compreensão do ser humano e do seu funcionamento intersubjetivo.

As várias características dos sem-abrigo têm em comum a quebra dos laços que ligam as pessoas estáveis a um conjunto de estruturas sociais inter-relacionadas (Bento & Barreto, 2002). O que reforça a importância do conceito de desafiliação, visto como o enfraquecimento ou ausência de afiliações, em detrimento do conceito de exclusão que nos parece ambíguo e difícil de operacionalizar.

O que é a desafiliação? Para Howard Bahr (1973), é um reflexo do poder. Entendendo o poder como capacidade de utilizar recursos e serviços, ou de influenciar um processo de decisão, ou ainda a capacidade para a ação efetiva. Assim, os sem-abrigo são os sem-poder, na medida em que são pessoas sem relações com outras pessoas ou pessoas sem lugar dentro de um sistema. A atividade e a afiliação geram poder e estima, como por exemplo: as pessoas mais poderosas numa comunidade tendem a ser as mais ativas nas organizações. A inatividade e desafiliação geram não só um estatuto baixo como até negativo. Falando da mobilidade, embora os sem-abrigo tenham alguma mobilidade, mas sendo esta sem objetivos definidos, é uma mobilidade expressiva de uma errância e não instrumental. Ou seja, a mobilidade com destino é um processo afiliativo, a mobilidade sem destino é um processo desafiliativo.

Assim, as afiliações são fundamentais para a vida social porque veiculam poder. Os sem-abrigo vivem uma condição de falta de poder para influenciar outros ou para moldar o seu futuro porque lhes falta afiliações com várias esferas sociais: a família, o mercado de trabalho e outras.

Mas porquê a desafiliação? Para alguns autores e autoras as causas são exclusivamente sociais. As pessoas sem-abrigo têm vários estatutos estigmatizantes em simultâneo e são definidas em termos sociais em função dos seus "defeitos": são percecionadas como sendo defeituosas fisicamente (deficientes, idosas, doentes), mentalmente (psicóticas ou débeis), moralmente (pervertidas, criminosas, adictas), psicologicamente (baixa autoestima, elevada autoagressão), socialmente (desafiliadas), legalmente (perseguidas pela polícia) e ecologicamente (não vivem em sítios decentes). Este processo de estigmatização é externo mas acaba por ser interiorizado. Assim, para Bahr, a

reabilitação dos/das sem-abrigo passa menos pela estabilização no alojamento, no trabalho ou no tratamento psiquiátrico, do que "na mudança da definição da situação". Bahr acredita que a pessoa sem-abrigo é um "sapo que pode ser transformado em príncipe", nomeadamente se ela adquirir afiliações humanas, comunicar e for recebida como uma humana e não algo a descartar.

No entanto, reconhecendo a importância dos fatores estruturais como as barreiras no acesso ao mercado de habitação e ao mercado de trabalho, os processos de estigmatização e de exclusão social, não devemos pensar os problemas individuais unicamente como reflexo das estruturas. Como Thomas Main (1998) fez notar, as pessoas sem-abrigo requerem ambas as perspetivas, pois não é um problema nem inteiramente estrutural nem inteiramente individual.

Os sem-abrigo e doença mental

Desafiliados, tendo perdido família, amigos e apoios institucionais, a condição de sem-abrigo pode funcionar como uma defesa psicótica contra o envolvimento humano no caso dos sem-abrigo psicóticos (Katz *et al.*, 1993). As ruas das cidades são lugares desritualizados, o outro é percebido mas não se interage com ele, sendo o melhor sítio para um esquizofrénico com tantas dificuldades de socialização tornar-se invisível.

A associação entre o consumo excessivo de álcool e os sem-abrigo há muito que é reconhecida. Alguns autores atribuem-lhe uma funcionalidade própria no modo de vida de sem-abrigo, como seja a pertença ao grupo, modo de aquecer nos meses mais frios ou uma maneira peculiar de acalmar certos sintomas psiquiátricos na ausência de medicação. Por outro lado, também se observam casos com uma história de consumos longa, que começa na adolescência.

Atendendo aos resultados do estudo sobre a patologia psiquiátrica realizado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a uma amostra de 511 sem-abrigo de Lisboa no ano de 1999 (Bento & Barreto, 2002):

Alcoolismo	32 %
Toxicodependência	17 %
Esquizofrenia	10 %
Perturbações de personalidade	10 %
Total	69 %

Verifica-se uma grande incidência de patologia psiquiátrica nesta população. Estes dados, segundo a revisão de literatura de Bento (2001), coincidem com os resultados obtidos noutros países como em Espanha, nos EUA, na Dinamarca e na Irlanda.

O trabalho

A norma do trabalho tem sido na época moderna o principal critério para a definição do que é a integração social. O trabalho é o grande organizador social, a partir do qual o indivíduo afirma a sua pertença a uma comunidade, e garante a sua subsistência e alojamento. O ócio é visto como fonte de vícios e um ato antisocial.

Apesar das alterações do mundo do trabalho, com o desemprego, a generalização do trabalho precário e outras formas de trabalho como programas ocupacionais, estágios, etc., a ética do trabalho continua a determinar as atitudes em relação aos sem-abrigo, podendo a ajuda aos sem-abrigo ser entendida como encorajando a não participação no mercado de trabalho.

Tendo em conta a importância do acesso ao trabalho no

processo de autonomização, não podemos descurar um problema raramente reconhecido na literatura, mas evidente a quantos trabalham com esta problemática: o problema da dependência a longo prazo dos indivíduos sem-abrigo, estimando-se que ¼ destes necessitem de uma intervenção intensiva e a longo prazo, com cuidados contínuos na comunidade (Bento & Barreto, 2002).

Habitação

A evolução da terminologia para "sem-abrigo", coloca no centro do debate a questão do alojamento. Maryse Bresson (1997) afirma que a par da norma do trabalho, a norma do alojamento também é imperativa para que se possa ser considerado como pertencente a uma comunidade. O trabalho e o alojamento são questões distintas, principalmente a partir do momento em que os rendimentos do trabalho ou das prestações sociais não garantem o acesso à habitação.

A par de outros fatores estruturais e individuais, a habitação permanece como um fator distinto e importante. Justificando-se a criação de uma variedade de opções de alojamento apoiado para aqueles que precisam e de outras condições habitacionais adequadas ao nível funcional dos indivíduos.

O acesso a uma casa é um elemento fundamental para o estabelecimento de um sentimento ontológico de segurança. O lar (*home*) é o local privado onde as pessoas restauram os seus sistemas de segurança. Ora, isto é tudo o que as pessoas sem-abrigo não têm, razão pela qual se pode dizer que ser sem-abrigo, mais do que um modo de vida, é um modo de sobreviver.

A vida em albergue centra-se numa política de deslocação e de impermanência, sendo explícito que o albergue não é uma casa e que é um sítio transitório. A vivência do espaço é

fundamentalmente a de um espaço público, sem privacidade, com preocupações constantes sobre o que acontece à sua volta, o que afeta necessariamente o sentido de individualidade pessoal, como algo único e interior, pela ausência de um espaço de privacidade em que o indivíduo possa habitar o seu mundo próprio por algum tempo.

Robert Desjarlais (1994) conclui que a pobreza, a transitoriedade e a contingência põe em causa as mais fundamentais constelações de tempo, espaço e pessoa. Ser sem-abrigo, mais do que um modo de viver, é um modo de sobreviver. Sendo sublinhada por vários autores e autoras a condição traumática de ser sem-abrigo. A desafiliação social é então um dos elementos da experiência traumática, com a erosão dos laços afiliativos de segurança e de confiança a afetar a autonomia e a autoestima.

Teoria do reconhecimento

De forma a contribuir para uma melhor percepção deste fenómeno, propomos a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, distinto pensador da 3ª geração da Escola de Frankfurt e diretor do Centro de Pesquisa Social da mesma cidade.

Honneth (2003) formula uma conceção intersubjetiva da auto consciência humana, uma vez que ela é obtida na medida em que o sujeito "aprende a perceber a sua própria ação da perspetiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa". O ponto de partida teórico assume que "a reprodução da vida social realiza-se sob o imperativo de um reconhecimento recíproco, porque os sujeitos só podem alcançar uma autorrelação prática, quando aprenderem a compreender-se a partir da perspetiva normativa dos seus parceiros de interação como seus destinatários sociais". Esta tese representa

a primeira etapa na fundamentação naturalista da teoria do reconhecimento de Hegel, em que G. Mead inverte a relação do "Eu" e "mundo social", afirmando a "precedência da percepção do outro sobre o desenvolvimento da auto consciência". Ao conceito de reconhecimento interessa essencialmente "as formas de confirmação prática mediante as quais o sujeito adquire uma compreensão normativa de si mesmo como um determinado género de pessoa" (Honneth, 2003). O interesse essencial é revelado na tentativa de compreender as condições intersubjetivas da autorrelação prática do sujeito com seu semelhante, pretendendo encontrar a gênese normativa do social como condicionadora da ação dos indivíduos. O sujeito adquire assim a capacidade de participação nas interações normativas do seu meio e ao adotar como suas as normas sociais de ação do "outro generalizado", desenvolve a identidade de um sujeito aceite na sua comunidade. Neste processo de socialização, operado na relação intersubjetiva, Honneth salienta a importância da utilização do conceito de reconhecimento, ao desdobrá-lo em três esferas: Amor, Direito e Estima Social. Estas esferas de interação, através da aquisição cumulativa de autoconfiança, auto respeito e autoestima, criam não só as condições sociais para que os indivíduos possam chegar a uma atitude positiva para com eles mesmos, como também originam o indivíduo autónomo.

A esfera do amor constitui as relações afetivas primárias de reconhecimento mútuo que estruturam o indivíduo desde o nascimento. E que se encontram dependentes de um balanço frágil entre autonomia e vinculação. Segundo Honneth, o vínculo alimentado simbioticamente, que se forma por uma delimitação reciprocamente desejada inicialmente entre a mãe e filho, "cria a medida de autoconfiança individual que é uma base

indispensável para a participação autónoma na vida pública". A partir da perspetiva normativa do "outro generalizado" que nos ensina a reconhecer os outros enquanto titulares de direitos é que também nos poderemos compreender a nós próprios enquanto pessoas jurídicas. A esfera do Direito, a do respeito pela dignidade de cada um e a afirmação da igualdade de direitos e diferença de cada um, ao ser atropelada a diversos níveis, tão evidente nos fortes estigmas que persistem nas nossas comunidades, constituem causa de revoltas e de "lutas pelo reconhecimento".

Para se poder atingir um autorrelacionamento ininterrupto, os sujeitos humanos também necessitam sempre, para além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma valorização social que lhes permita relacionarem-se positivamente com as suas propriedades e capacidades concretas. Estamos na esfera da Estima Social, de uma terceira relação do reconhecimento recíproco, desenvolvida na escola e depois no mundo do trabalho que permite a valorização pessoal em função das propriedades particulares de uma forma assimétrica, ao contrário do reconhecimento jurídico que exprime as propriedades gerais dos indivíduos de uma forma simétrica.

Na sucessão das três formas de reconhecimento, o grau da relação positiva da pessoa consigo mesma aumenta progressivamente. Com cada nível da consideração mútua cresce também a autonomia subjetiva do indivíduo. De igual forma, às correspondentes formas de reconhecimento mútuo, poder-se-á atribuir experiências paralelas de desrespeito social.

Como breve conclusão, podemos salientar, com o contributo da teoria do reconhecimento, que os indivíduos só são constituídos como pessoas quando aprendem a relacionar-

se consigo mesmos, a partir da perspetiva concordante ou encorajante de outros. As pessoas têm de se saber reconhecidas nas suas capacidades e propriedades singulares para estarem em condições de se autorrealizarem. Quando as relações intersubjetivas de reconhecimento não são consistentes nem positivas, desde o nosso nascimento, verificam-se percursos de vida que não conduzem à inclusão e à autorrealização.

Bibliografia

- Bento, António. (2001). "Os sem-amor, na era da exclusão" in *Psiquiatria na Prática Médica*. Vol. 14, nº 2. Março-Abril. Lisboa.
- Bento, António & Barreto, Elias. (2002). *Sem-Amor Sem-Abrigo*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Bahr, Howard M. (1973). *Skid Row: An Introduction to disaffiliation*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Bresson, Maryse. (1997). *Les SDF et le nouveau contrat social*. Paris: Editions Harmattan.
- Desjarlais, Robert. (1994). "Struggling along: the possibilities for experience among the homeless mentally ill" in *American Anthropologist*. 96 (4): 886-901.
- Honneth, Axel. (2003). *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Edições 34.
- Katz, Steven, Nardacci, David e Sabatini, Albert. (1993). *Intensive Treatment of the Homeless Mentally Ill*. Washington DC: American Psychiatric Press. Joseph D. Bloom. Series Editor.
- Main, Thomas. (1998). "How to think about the homeless: balancing structural and individual causes" in *Journal of Social Distress and the Homeless*. Vol. 7, nº 1.
- Apontamentos de: António Bento e Elias Barreto (2002). *Sem-Amor Sem-Abrigo*. Lisboa: Climepsi. pp. 73-92.